



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Noticias de interesse da segurança publica em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 19 a 23 de fevereiro de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO -



1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

[Evento na Câmara avalia o primeiro ano da reforma trabalhista](#)

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados lança hoje a Campanha Jornadas Brasileiras de Relações do Trabalho. A intenção do evento é debater e dar efetiva divulgação aos principais pontos da nova lei trabalhista (13.467/17). Entre as alterações da reforma está a criação do trabalho intermitente, em que o trabalhador é contratado por período determinado, podendo prestar serviços para outra empresa em seu tempo de folga; o trabalho remoto, que poderá ser realizado na casa do trabalhador; e a rescisão contratual, que poderá ser feita fora do sindicato, como acontece atualmente.

[Publicada lei que autoriza saque do PIS/Pasep](#)

Foi publicada no Diário Oficial da União a Lei 13.677/18, que autoriza a qualquer titular de conta do PIS/Pasep sacar os recursos que possui em conta individual até o dia 29 de junho deste ano. A Lei foi publicada no dia 14 de junho. A lei tem origem no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/2018, decorrente da Medida Provisória 813/17, e ainda permite ao governo federal estender o prazo até o dia 28 de setembro. Após o prazo de 29 de junho ou sua prorrogação, os recursos poderão ser sacados apenas por maiores de 60 anos, aposentados e militares da reserva. Antes da edição da MP, o saque era permitido apenas a quem tinha mais de 70 anos.

[Câmara aprova obrigatoriedade de curso de formação para guarda municipal](#)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, nesta quarta-feira (20), o Projeto de Lei [4494/16](#), do deputado Major Olimpio (PSL-SP), que obriga a realização de curso de formação para tomar posse como guarda municipal. O relator na CCJ, deputado Rocha (PSDB-AC), votou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto. A proposta tramitou em caráter conclusivo e deverá seguir para análise do Senado, a não ser que haja recurso para votação em Plenário.

1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

[General Braga Netto pede apoio de deputados na busca por recursos para o controle de fronteiras](#)

O interventor federal, general Braga Netto, pediu apoio dos deputados no sentido de buscar mais recursos orçamentários para o controle das fronteiras, por onde entram drogas e armas no país. Nesta segunda-feira ele fez um balanço dos primeiros 100 dias da intervenção para os deputados da Comissão Externa sobre a intervenção na Segurança Pública do Rio de Janeiro.

[Seminário debate reforma do Poder Judiciário e do sistema de segurança pública](#)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado reúne-se nesta manhã para discutir a reforma do Poder Judiciário e do sistema de segurança pública após 30 anos da Constituição Federal. Foram convidados para debater o assunto, entre outros: o presidente da



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto; e a diretora da Associação Nacional dos Procuradores da República, Anamara Osório Silva.

[Especialistas apresentam sugestões para melhorar Justiça e segurança pública no País](#)

Especialistas reunidos em seminário realizado nesta quinta-feira (21) pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado apresentaram sugestões de mudanças para melhorar a Justiça e a segurança pública do País. Contribuíram para o debate representantes das Forças Armadas, polícias, Justiça, Ministério Público, entre outros. A possibilidade de prisão para condenação em segunda instância foi um dos temas debatidos no seminário. Segundo o representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Francisco Maia, a medida é uma conquista da sociedade, que vislumbra o fim da impunidade. Ele afirmou, no entanto, que tem receio de o Supremo Tribunal Federal (STF) acabar com essa possibilidade.

1.3 POLÍTICA

[Aplicativos permitem apresentação de projetos de iniciativa popular e acompanhamento da atuação parlamentar](#)

Aplicativos e plataformas digitais que permitem a apresentação de projetos de iniciativa popular e o acompanhamento da atuação parlamentar foram expostos em audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara nesta quarta-feira (20). Para garantir a participação da população no processo legislativo, Marco Konopacki, um dos criadores da plataforma "Mudamos", considera essencial que a Câmara aprove a proposta que permite a coleta de assinaturas eletrônicas de eleitores para a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular (PL 7005/13). O projeto já consta na pauta do Plenário, mas ainda não foi votado.

1.4 DIREITO E JUSTIÇA / DIREITOS HUMANOS

[Comissão discute substitutivo ao projeto que atualiza o Código de Processo Penal](#)

A comissão especial que analisa o novo Código de Processo Penal (PL 8045/10) reúne-se hoje para discutir o substitutivo do deputado João Campos (PRB-GO) apresentado na última quarta-feira (13). Entre os principais pontos do texto, estão a confirmação da prisão dos réus condenados em segunda instância, o estímulo à cooperação do Brasil com outros países para investigar criminosos e a maior possibilidade de uso de mecanismos como as prisões temporárias e preventivas.

[Comissão debate fim do foro privilegiado em Curitiba](#)

A comissão especial que analisa a proposta de emenda à Constituição que pretende extinguir o chamado foro privilegiado (PEC 333/17) discute o assunto nesta manhã em Curitiba (PR). O chamado foro privilegiado é o direito que a autoridade tem de ser julgada pelas instâncias superiores, seja o STF, ou o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

[Comissão sobre o fim do foro privilegiado promove audiência pública](#)

A comissão especial que analisa a PEC 333/17, que pretende extinguir o chamado foro privilegiado, realiza audiência pública hoje. Os requerimentos para a realização do debate são dos deputados Eros Biondini (Pros-MG), Diego Garcia (Pode-PR), Delegado Éder Mauro (PSD-PA), Efraim Filho (DEM-PB), Rubens Bueno (PPS-PR) e Patrus Ananias (PT-MG).

Foram convidados para o debate: - o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto;
- o coordenador-geral do Movimento Acorda Sociedade (MAS), Clodoaldo Neri Júnior; e
- o conselheiro federal e vice-presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Flávio Pansieri.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

CCJ pode votar parecer sobre tramitação de PECs durante intervenção

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania reúne-se hoje para analisar o parecer do deputado Leonardo Picciani (MDB-RJ) sobre a análise de propostas de emenda à Constituição durante a vigência da intervenção federal no Rio de Janeiro. O relatório é contrário à tramitação de PECs em todas as fases do processo legislativo durante período de intervenção federal. A votação tem sido adiada sucessivas vezes por falta de acordo entre os parlamentares.

Comissão discute substitutivo ao projeto que atualiza o Código de Processo Penal

A comissão especial que analisa o novo Código de Processo Penal (PL [8045/10](#)) reúne-se nesta tarde para discutir o substitutivo do deputado João Campos (PRB-GO) apresentado na última quarta-feira (13). A análise do texto estava inicialmente prevista para ontem (19), mas foi cancelada. Entre os principais pontos do texto, estão a confirmação da prisão dos réus condenados em segunda instância, o estímulo à cooperação do Brasil com outros países para investigar criminosos e a maior possibilidade de uso de mecanismos como as prisões temporárias e preventivas.

1.7 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

SEGUNDA-FEIRA (25)

9 horas

Comissão de Seguridade Social e Família

Seminário para debater a reestruturação do Plano de Cargos e Remuneração da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro e do Instituto de Assistência dos Servidores do Rio de Janeiro.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

10 horas

Sessão Solene

Homenagem aos pioneiros da aviação de segurança pública do Distrito Federal e do Brasil.

Plenário Ulysses Guimarães

12 horas

Comissão Especial que Regula Defensivos Fitossanitários (PL 6299/02)

Votação do parecer do relator, deputado Luiz Nishimori (PR-PR).

Plenário 8

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

15 horas

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Apreciação de emendas à LDO.

Plenário 6

15 horas

Comissão Especial do Foro Privilegiado (PEC 333/17)

Votação de requerimentos.

Plenário 9



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

16 horas

Comissão Especial sobre o Seguro Obrigatório de Acidentes de Trânsito (PL 8338/17)

Instalação; e eleição do presidente e vice-presidentes.

Plenário 16

16 horas

Votações em Plenário

A pauta inclui, entre outros itens, os destaques que podem alterar pontos do Projeto de Lei 8939/17, que autoriza a Petrobras a negociar áreas do pré-sal.

Plenário Ulysses Guimarães

16 horas

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Eleição do 1ª vice-presidente.

Plenário 6

17 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 16

TERÇA-FEIRA (26)

9 horas

Comissão de Minas e Energia

Sugestões de emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Plenário 9

9 horas

Comissão de Viação e Transportes

Seminário para debate sobre segurança para a Mobilidade Ativa.

Evento interativo pelo **e-Democracia**

Plenário 11

9 horas

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Eleição do primeiro vice-presidente; e apreciação de emendas à LDO.

Plenário 6

9 horas

Comissão do Esporte

Apreciação das emendas à LDO 2019.

Plenário 4

9 horas

Comissão Especial do Financiamento da Assistência Social (PEC 383/17)

Definição do roteiro dos trabalhos; eleição dos vice-presidentes; e votação de requerimentos.

Plenário a definir

9 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Audiência pública para debater o PL 5488/16, que altera o estatuto das Guardas Municipais.

Foram convidados, entre outros, o vice-presidente da Associação Nacional dos Praças Policiais e Bombeiros Militares (Anaspra), Heder Martins de Oliveira; e o representante da Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme), Elias Miler da Silva.

Plenário 1

9 horas



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Votações em Plenário

Proposições remanescentes do dia anterior; e análise de acordos internacionais.
Plenário Ulysses Guimarães

9h30

Comissão de Cultura

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário a definir

9h30

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

Deliberação das emendas ao PLDO 2019.
Plenário 5

9h30

Comissão de Seguridade Social e Família

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 7

9h30

Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Legislação Participativa

Audiência pública para debater a demissão de funcionários e o fechamento de agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Foram convidados, entre outros, representantes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; do Ministério Público do Trabalho; e da Federação Interestadual dos Empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Findcet).

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 12

9h40

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 5

10 horas

Comissão de Educação

Audiência pública para debater sobre as instituições de ensino superior e a contribuição no desenvolvimento regional com foco na infraestrutura urbana.

Foram convidados, entre outros, o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Paulo Barone; o representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), Osmar Barros Júnior; e o o conselheiro federal do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), João Carlos Borges.

Plenário 10

10 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 2

10 horas

Comissão de Minas e Energia

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 9

10 horas

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário a definir

10 horas

Comissão Externa sobre a Situação Hídrica dos Municípios de Minas Gerais

Votação de requerimentos.

Sala 175-B, anexo 2

10h45

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Tribunas das mulheres para debater sobre o projeto Mulheres Inspiradoras.

Foi convidada a professora Gina Vieira Ponte.

Plenário 16

11 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 16

11 horas

Sessão do Congresso Nacional

Votação de vetos e matérias orçamentárias.

Plenário Ulysses Guimarães

11h45

Comissão de Viação e Transportes

Apreciação de emendas ao PLDO para 2019.

Plenário 11

14 horas

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Audiência pública para debater a profissão de tecnólogo.

Foram convidados, entre outros, os presidentes do Sindicato dos Tecnólogos do Estado de São Paulo, José Paulo Garcia; do Diretório Central dos Estudantes das Faculdades de Tecnologia (SP), Bianca Aragão; e da Federação Nacional das Empresas de Informática, Edgar Serrano.

Evento interativo pelo **e-Democracia**

Plenário 12

14 horas

Comissão de Viação e Transportes

Audiência pública para debater a situação dos participantes assistidos e pensionistas do Instituto de Seguridade Portus.

Foram convidados o assistente da coordenação geral de Desempenho e Tecnologia em informações Portuárias da Secretaria Nacional de Portos, José Alfredo de Albuquerque; o diretor presidente da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH), José Alex Botelho Oliva; e o interventor do Instituto de Seguridade Social (Portus), Luís Gustavo Costa.

Plenário 11

14 horas

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Audiência pública para lançamento do livro “Rota para a liberdade”.

Foram convidados, entre outros, a diretora para o Brasil da Human Rights Watch, Maria Laura Canineu; o chefe da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, Fernando de Oliveira Sena; e o autor do Livro, Mehran Ramezanali.

Plenário 9



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

14 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Audiência pública para discussão do PL 2732/11, que estabelece diretrizes para a prevenção da contaminação do solo.

Foram convidados, entre outros, a presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Suely Araújo; o diretor-presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Carlos Roberto dos Santos; e o professor Herling Gregorio Aguilar Alonso, da Faculdade de Ciências Médicas do Departamento de Saúde Coletiva da Unicamp.

Evento interativo pelo **e-Democracia**

Plenário 8

14 horas

Comissão Especial sobre a Reforma Tributária (PEC 293/04)

Eleição do presidente e dos vice-presidentes.

Plenário a definir

14h30

Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; e de Seguridade Social e Família

Audiência pública para debater saúde mental e gênero.

Foram convidados a coordenadora do Grupo de Pesquisa Saúde Mental e Gênero da UNB, Valeska Zanello; a médica e psiquiatra Maria Lúcia Maranhão Bezerra; e a representante da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, Cândida Regina Machado da Costa.

Plenário a definir

14h30

Comissão Especial da Política de Diminuição de Agrotóxicos (PL 6670/16)

Audiência pública para discutir os impactos dos agrotóxicos na saúde e no meio ambiente; e os instrumentos de fiscalização e controle.

Foram convidados, entre outros, a gerente-geral de Toxicologia da Anvisa, Graziela Costa Araújo; a representante do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Márcia Sarpa; e a professora Larissa Bombardi, do Departamento de Geografia da USP.

Plenário 13

14h30

Comissão Mista de Orçamento

Apresentação de relatórios; e discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela comissão à LDO 2019.

Plenário 2

14h30

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Deliberação sobre as emendas da comissão ao projeto da LDO; e votação de requerimentos.

Plenário 13 da ala Alexandre Costa, no Senado

14h30

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Audiência pública para debater o combate ao desmatamento ilegal na Amazônia e no Cerrado.

Foram convidados representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); do Serviço Florestal Brasileiro; do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam); da WWF Brasil; da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Plenário 7 da ala Alexandre Costa, no Senado

15h30

Comissão Especial sobre a Entidade Municipal para propor Adin e ADC (PEC 253/16)



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Audiência pública para debater a proposta.

Foi convidado o autor da PEC no Senado Federal, senador Antônio Carlos Valadares.

Plenário 5

QUARTA-FEIRA (27)

10 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6

QUINTA-FEIRA (28)

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

SEXTA-FEIRA (29)

9 horas

Comissão de Viação e Transportes

Audiência pública sobre o porto de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro.

Foram convidados, entre outros, representantes da prefeitura e da Câmara Municipal de Angra dos Reis; da Agência Nacional de Transportes Aquaviários; e do Conselho de Autoridade Portuária.

Angra dos Reis (RJ)

9 horas

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Debate sobre o PL 9045/17, que cria a Zona Franca do Vale dos Vinhedos.

Foram convidados, entre outros, os prefeitos das cidades gaúchas de Farroupilha, Claiton Gonçalves; Flores da Cunha, Lidio Scortegagna; e São Marcos, Evandro Carlos Kuwer.

Rua Júlio de Castilhos, 420, Farroupilha (RS)

9 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

14 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Mesa-redonda para debater o PL 10082/18, que redefine o traçado do Parque de São Joaquim e altera seu nome para Parque Nacional da Serra Catarinense.

Foram convidados, entre outros, o presidente da Associação de Vizinhos do Morro da Igreja (AMI), Erionei Mathias; o prefeito de Lauro Muller (SC), Valdir Fontanella; e o advogado ambientalista Vitor Burko.

Salão da Igreja Matriz, rua Policarpo de Souza Costa, 1.090, Urubici (SC)

14 horas

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

Seminário para debater o potencial produtivo e comercial do artesanato.

Foram convidados, entre outros, o ministro de Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge; a analista do Sebrae Maria Fontenele Santana; e o diretor da Rio Artes Manuais, Roberto Santos.

Teatro do BNDES, avenida Chile, 100, Centro, Rio de Janeiro (RJ)

15 horas

Sessão Solene



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Homenagem ao Dia do Orgulho LGBT.
Plenário Ulysses Guimarães

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/559380-AGENDA-DA-SEMANA.html>

2. PODER LEGISLATIVO -

SENADO
FEDERAL



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

[Aprovada criação do Ministério da Segurança Pública](#)

A criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública foi aprovada nesta terça-feira em Plenário, na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 16/2018, apresentado pelo senador Dário Berger (MDB-SC) à Medida Provisória 821/2018. O texto será encaminhado à sanção presidencial. De acordo com o texto, todos os órgãos federais de policiamento ficarão sob a jurisdição do novo ministério, criado a partir da divisão da pasta da Justiça: polícias federais, rodoviária federal e ferroviária federal. A organização e manutenção das polícias do Distrito Federal também ficará com a nova pasta, à qual caberá ainda a defesa dos bens da União, a função de ouvidoria das polícias federais e a política de organização e fiscalização das guardas portuárias.

[Criação de crime de importunação sexual no Código Penal é aprovada na CCJ](#)

A importunação sexual, ou seja, a prática de ato libidinoso contra alguém sem a sua anuência, poderá passar a ser crime previsto no Código Penal (CP). A medida foi aprovada em reunião desta quarta-feira (20) da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A Comissão aprovou ainda pedido de requerimento para que o texto seja votado em caráter de urgência pelo Plenário.

3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

[Rejeitada ação de sindicato sobre formulação de proposta salarial para Polícia Civil do DF](#)

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento (julgou inviável) à Reclamação (RCL) 30474, ajuizada pelo Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal (Sinpol-DF) contra a prática do Executivo federal de exigir que o governador do DF lhe encaminhe a proposta de reajuste salarial dos policiais cíveis distritais para seu posterior encaminhamento ao Congresso Nacional. Segundo o sindicato, o pedido representaria ofensa à Súmula Vinculante 39 do STF, que estabelece a competência privativa da União para legislar sobre vencimentos dos integrantes das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros do DF.

5. OUTRAS PUBLICAÇÕES (SITES, LIVROS, REVISTAS ETC.)

[Temer sanciona, com vetos, lei que cria Sistema Único de Segurança](#)



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer sancionou hoje (11) projeto que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O objetivo é integrar os órgãos de segurança pública, como as polícias federal e estaduais, as secretarias de segurança e as guardas municipais. Serão repassados recursos da União aos demais entes federativos, mediante contrapartidas, como metas de redução da criminalidade e produção de base de dados

6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÕES DA FENEME REALIZADA EM BRASÍLIA

No dia 20/06/18 (quarta-feira), na sala de reuniões do hotel Gran Bittar em Brasília, ocorreu a Assembleia Geral Ordinária da FENEME. Neste ato, foram aprovadas, por unanimidade, as contas da Entidade inerentes ao exercício do ano 2017. Na sequência, foi eleita por consenso geral a nova diretoria da FENEME para a gestão 2018/2021, sendo reconduzido ao cargo de Presidente o Cel PMSC Marlon Jorge Teza.

FENEME PARTICIPA COM PALESTRANTES EM CONGRESSO NACIONAL SOBRE PREVIDÊNCIA DO SETOR PÚBLICO.

No dia 21 de junho de 2018 (quinta-feira) a FENEME esteve presente como convidada no 1º CONAPRESP - Congresso Nacional de previdência dos servidores públicos em Florianópolis- SC. Muito embora os militares não sejam considerados servidores públicos pela Constituição Federal para questões previdenciárias, foi importante tal participação para, através de palestras, esclarecer sobre os militares e seu regime jurídico constitucional diferenciado.

ESPECIALISTAS APRESENTAM SUGESTÕES PARA MELHORAR JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA NO PAÍS

Prisão após condenação em segunda instância, fim das indicações políticas para ministros de tribunais superiores, integração das polícias e implantação do chamado ciclo completo estão entre os temas propostos em seminário na Câmara

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 25 de junho de 2018.